



**COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2023.**

**(Das Sras. Célia Xakriabá e Professora Luciene Cavalcante)**

Requer que seja autorizada pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais a realização de “Seminário no Estado de São Paulo” para debater a História do Povo Guarani: resistência para existência.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais requero, ouvido o Plenário desta comissão, que seja autorizada a realização de “Seminário no Estado de São Paulo” para debater a História do Povo Guarani: resistência para existência.

**JUSTIFICATIVA**

É fato público e notório que em 30 de maio de 2023, o povo Guarani Mbya, da Terra Indígena Jaraguá, realizou uma manifestação religiosa coletiva em oposição à aprovação do Projeto de Lei nº 490/2007, que estabelece o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas no Brasil. Infelizmente, a manifestação foi reprimida de maneira abusiva pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.





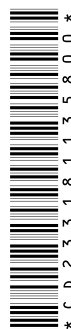
A manifestação teve início ao amanhecer do dia 30, com a ocupação da Rodovia Bandeirantes e a entoação de cantos sagrados. Inicialmente, a cerimônia estava planejada para se estender até a Marginal Tietê, em São Paulo. Antes do ato, líderes indígenas dialogaram com a Polícia Militar presente e, após chegarem a acordos, ocuparam a via. Durante toda a manifestação, foi garantida a passagem de veículos de emergência, como motos, ambulâncias e carros particulares que transportavam pessoas em situação de vulnerabilidade de saúde.

Pouco antes do início da ação violenta, a Polícia solicitou a liberação de uma faixa da via, e posteriormente, de uma segunda faixa. A organização do ato acatou ambos os pedidos. No entanto, sem qualquer justificativa para a abordagem violenta, a Polícia Militar desconsiderou o acordo estabelecido e iniciou uma operação do batalhão de choque, utilizando jatos de água para dispersar os manifestantes. Em seguida, foram lançadas bombas de efeito moral e tiros de balas de borracha de viaturas, viadutos e helicópteros.

Há relatos de perseguição por parte da Polícia Militar aos manifestantes, mesmo após a desobstrução total da rodovia. A Polícia continuou a acompanhar os manifestantes, ameaçando-os e fazendo sobrevoos rasantes de helicóptero até a entrada da aldeia. Bombas de gás foram lançadas por cima do muro, próximo a uma escola infantil na Aldeia, resultando em relatos de desmaios, vômitos e pessoas feridas por estilhaços de bombas e balas de borracha.

Desde a repressão à manifestação, viaturas da Polícia Militar permanecem estacionadas nas proximidades e entradas das aldeias, abordando moradores, apoiadores e jornalistas. Além disso, durante a madrugada do dia 31/05, uma viatura da Polícia Militar teria adentrado na aldeia sem apresentar mandado judicial, justificando sua ação como "preventiva".

Essa ação policial violenta desconsiderou o fato de que a Constituição Federal, em seu artigo 231, reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

terras que tradicionalmente ocupam, enfatizando a responsabilidade da União para proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Além disso, ignorou os padrões internacionais de direitos humanos que concebem o direito de protesto e manifestação como um desdobramento dos direitos à liberdade de expressão e à liberdade de associação e reunião pacífica, reconhecendo o papel positivo de protestos no fortalecimento dos direitos humanos e da democracia, também assegurados pelo artigo 5º, incisos IV, XVI e XVII da Constituição Federal.

Nesse contexto, visando promover debate focalizado sobre a situação do povo Guarani Mbya, da Terra Indígena Jaraguá, propomos a realização de Seminário no Estado de São Paulo para debater os desafios da perpetuação da cultura dos povos originários e da demarcação de terras tradicionais diante da falta de compreensão por parte de autoridades governamentais.

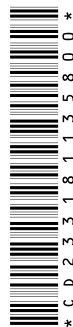
Sala da Comissão, de junho de 2023.

**CÉLIA XAKRIABÁ**  
Deputada Federal - PSOL/MG

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**  
Deputada Federal - PSOL/SP

Apresentação: 12/06/2023 11:38:07.740 - CPOV05

REQ n.45/2023



\*CD233181135800\*



## **Requerimento** **(Da Sra. Célia Xakriabá)**

Requer que seja autorizada pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais a realização de “Seminário no Estado de São Paulo” para debater a História do Povo Guarani: resistência para existência.

Assinaram eletronicamente o documento CD233181135800, nesta ordem:

- 1 Dep. Célia Xakriabá (PSOL/MG) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

